



## TU-SANGUECÓ! (Bem-Vindes!)

Ana Claudia Figueroa\*

Tu sanguecô! Bem-vindo a este convívio na nossa casa, nossa comunidade, neste lugar. Com esta expressão, aquele que chega cansado terá espaço para descansar. Aquela que traz trocas de alimento terá retribuição em abundância. É afirmação e convite.

Convido esta reflexão desde esta expressão em kimbundo, língua do povo Umbundo, habitante histórico de parte destas terras hoje conhecidas como Angola<sup>1</sup>. Há três anos trabalho em Luanda, Angola, me resignificando desde este lugar, aqui. Achei por bem contribuir com este artigo naquilo que são os territórios do sentir-se bem, seja lá onde estiveres.

Obviamente com esta sensação de não ser, sendo. Não pertencer, pertencendo. Estando aqui, acolhida e expurgada. Variáveis vinculadas a conversa-convite desta escrita que apresento a vocês. As regras de acolhimento me chamam atenção. Minha vida tem sido andar entre povos e grupos sociais distintos. Então, entender as regras sociais para garantir certa sobrevivência é requisito. Como acontece com os itens que pensamos cuidadosamente quando montamos nossa mala de viagem, saber das regras de hospitalidade é fundamental. Queremos ser acolhidos, nos sentirmos bem, onde quer que estejamos.

Minha experiência fundante para entender de fato a relevância das regras de hospitalidade relato no texto “Queer olhar sobre a vida cristã”, publicado na revista Caderno Espaço Feminino<sup>2</sup>. Estive entre o povo Kanamari no sudoeste do Amazonas por três anos. Neste texto me refiro ao acolhimento como chave de leitura para compreender os estranhamentos

\* Teóloga Queer, peregrina nos saberes das espiritualidades, atualmente trabalhando na Universidade Metodista de Angola. E-mail: wahno@hotmail.com

<sup>1</sup> Os povos que habitam as regiões atualmente nomeadas de Luanda, Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Malanje são falantes do kimbundo, que pertencem ao grupo étnico Umbundo. Para saber mais sugiro a leitura do artigo: BATSÍKAMA, Patrício. As Origens do reino do Kôngo segundo a Tradição Oral. **Sankofa**: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 7-41, jul. 2010.

<sup>2</sup> FIGUEROA, Ana Claudia. Queer olhar sobre a vida cristã. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 1, p. 181-194, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/35992>. Acesso em: 05 maio 2023.



cotidianos que ultrapassam esta experiência de estar num lugar totalmente distinto do seu cotidiano.

Autorizar-se deslocar para um lugar desconhecido tem lá suas vantagens, mas também desafios grandes. Quando saímos para o desconhecido é prudente ler o que já disseram daquela gente, de como vivem, como falar expressões básicas para garantir banheiro, comida e dormida. Observem que já estamos tratando das bases que estruturam as regras de hospitalidade social. Neste artigo utilizaremos o conceito de hospitalidade como expressão das regras de dar e receber presentes na antropologia, particularmente no trabalho de Mauss<sup>3</sup>. O sistema da dádiva de Mauss se baseia na regra das ações de dar-receber-retribuir, numa sucessão de dádivas e contra-dádivas. Assim, a troca estabelece o fato social como aliança, resultado de uma dádiva e sua obrigatoriedade moral de retribuição.

Vincular a hospitalidade às trocas não comerciais faz parte de um ciclo de trocas caracterizado por oferta-hospitalidade-retribuição. A hospitalidade assim faz parte um ritual básico de criação de vínculos entre humanos. Criar ou consolidar relacionamentos e afinidades entre estranhos. Num deslocamento ao desconhecido é importante saber dos hábitos e dos valores sociais.

Escrevo aqui sobre isto: estar em outro território, mas nem tanto. Também, escrevo motivada pela provocação corpo feminista transpassado por território e religião. Partilho desde uma experiência de desterritorialização<sup>4</sup> contínua a que submeti meu próprio corpo na minha história de vida pessoal. Desde este lugar vou ler contigo alguns *textos* que me auxiliarão a criar os vínculos desta intenção de me revelar a vocês desde o meu lugar, vivente neste mundo-caos que nos acolhe como humanos.

Nomeio aqui *textos* a três experiências de vivências que me auxiliarão a nomear esta proposta de leitura sobre os territórios que nossa espiritualidade cria quando vamos recriando nossa vida entre as vivências e relações que nos perpassam. Tempo, espaço, memórias constituem fios narrativos, mas os territórios que vou convidar vocês a percorrerm são (1) meu tempo entre os kanamari, (2) meu tempo entre angolanos, (3) minha urbanidade recalibrada. As tecnologias que permitirão traçar minhas narrativas são os corpos de mulheres e suas faces que se apresentam para mim.

Vamos ver se funciona. Vocês me digam.

<sup>3</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/ Edusp, 1974. p. 183-314.

<sup>4</sup> Territorialização e desterritorialização são conceitos usados por mim a partir do trabalho de Rogerio Haesbaert sobre como o conceito se cunhou nos estudos da geografia, em perspectivas as estruturas sociais, econômicas e políticas. Segundo ele, a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, sendo distintos processos devido a escala espacial e a temporalidade. HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



## ENTRE OS KANAMARI

Fui uma não mulher entre os kanamari. As categorias disponíveis nas relações sociais, vocês sabem, não são por autodeclaração, são por definição do grupo. Há que se cumprir as regras socioculturais que te atribuem uma identidade<sup>5</sup>. No quesito gênero, como diferença sexual, isto geralmente vem determinado de forma certa e relativamente segura para muitas pessoas. Refleti sobre este não encaixe entre os kanamari numa apresentação de trabalho intitulada “Por que as mulheres kanamari não são professoras?” no I Congresso de Religião e Gênero da Escola Superior de Teologia. Como é texto não publicado retorno aqui à minha pesquisa na época.

Em princípio estive entre o povo kanamari porque sou educadora popular<sup>6</sup>, mas estando entre eles percebi como era inadequada minha presença. Uma certa inutilidade social me eliminou qualquer expectativa de ser aceita desde o início como mulher. Ser a estranha, kariwá<sup>7</sup>, era destino. Nesta categoria, gênero é secundário ou inexistente. Estava entre os kanamari como esta categoria do “outro” difuso e muitas vezes perigoso, ameaça à subsistência e as possibilidades de tranquilidade.

Entre os Kanamari várias vezes procurei me inserir nas atividades atribuídas às mulheres. Para que possam entender do que estou falando cito aqui Edwin Reesink, um estudioso dos kanamari:

A diferença entre os gêneros, então, é considerada importante e surge regularmente na vida social. Como visto, ela é uma construção sociocultural. Por

<sup>5</sup> Simone de Beauvoir dispensa apresentações, mas faço questão de destacar aqui, para reforçar o uso do texto neste trabalho, um trecho da apresentação que ela faz das motivações de ter escrito um livro sobre mulheres: “Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade ‘corre perigo’; e exortam-nos: ‘Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres’”. BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 16.

<sup>6</sup> Minha tese de doutorado é um relato sobre minha inserção no projeto educacional da missão metodista entre o povo kanamari. FIGUEROA, Ana Claudia. **Amkira Tsabo: um estudo sobre a missão educacional metodista junto ao povo kanamari no contexto do estado democrático de direito brasileiro**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/632>. Acesso em: 05 maio 2023.

<sup>7</sup> Terminologia usada pelos kanamari para designar o não indígena. Nos textos de antropologia indigenista no Brasil, podemos nomear sociedade do entorno responsável pelo contato interétnico daqueles que representam a chamada sociedade nacional x sociedade indígena. Veja como esta terminologia ainda é vigente nesta citação: “Povos indígenas são aqueles que, tendo continuidade histórica com grupos pré-colombianos, consideram-se distintos da sociedade nacional. Indígenas são aqueles que se reconhecem como pertencentes a uma dessas comunidades e que por elas são reconhecidos como um de seus membros”. POVOS Indígenas. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, Brasília, 02 dez. 2019. [n.p.]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/direito-a-alimentacao-1/povos-indigenas#:~:text=Povos%20ind%C3%ADgenas%20s%C3%A3o%20aqueles%20que,como%20um%20de%20seus%20membros>. Acesso em: 15 maio 2023.



exemplo, um bando de homens viajando dividirá informalmente as tarefas de preparar a sua comida, não lhes faltando competência para cozinhar, mas basta a presença de uma mulher e a ela caberá este trabalho. Nesta divisão, os homens enfatizam que eles se encarregam dos trabalhos mais pesados, devendo até trabalhar para formar o feto com múltiplas relações sexuais. Até onde sei, as mulheres aceitam este ponto de vista, o que não é tanto de estranhar, já que homens gastam suas energias, normalmente, na caça, pesca, construção de casa (a mulher ajuda a tecer a palha do teto), em remar, derrubar o mato para a roça, brocar a roça, fazer a coivara e plantar a maniva da macaxeira. Às mulheres cabe ajudar na coivara e na preparação do terreno para o plantio, plantar elas mesmas outras plantas da roça (como tipos de batata, ananás, mamão, banana, a cana ficando a cargo dos homens), limpar a roça, tirar a macaxeira da terra e transportá-la para a aldeia (a sua mais pesada carga, embora os homens às vezes ajudem) e, por fim, preparar todas as frutas, plantas, carne e peixe para o consumo.<sup>8</sup>

Eu, criada na cidade, visitante dos espaços de roçado e plantio nas raras ocasiões em que visitava parentes, não tinha como ser bem-sucedida entre os kanamari. De fato, o roçado era central no ir e vir das mulheres nas aldeias que frequentei. Também o cozinhar as comidas, que também envolvia os critérios de distribuição dos alimentos. Eu, em minha minoridade social para o quesito trabalho agrário e labores domésticos, pautada em várias oportunidades, não apresentava habilidades para acessar os acordos e as pertenças do feminino. Assim, fiquei exposta e destinada a um não-lugar de gênero.

Este não lugar na organização dos corpos, que constitui padrões sociais, culturais e devir, apontam outras identidades que se programam nas relações do cotidiano e acordos grupais envolvidos nos interesses interétnicos. A produção destes papéis e a reconstituição das identidades sociais é o que chamo territorialidades, talvez desterritorialidades. Isto porque a influência de Deleuze e Guattari<sup>9</sup> me explicam neste desejo de nomear os espaços geofísicos nesta dinâmica dos pertencimentos.

Não quero reduzir minha contribuição neste texto ao aspecto intimista desta mobilidade de pertencimento nestas relações de hospitalidade com os Kanamari. Isto porque minha intenção é explicitar consonâncias e dissonâncias no aspecto econômico cultural que constituem esta destinação dos corpos no jogo de constituição daquilo que chamamos sociedade. Retomo aqui minhas intenções de explicitar experiências que me ajudam a nomear um fenômeno intenso de territorialização dos corpos de mulheres. Vamos avançando para minha recente experiência em Angola e avaliar do que se trata mesmo.

---

<sup>8</sup> REESINK, Edwin Boudewijn. **Imago Mundi Kanamari**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2016. p. 81-82.

<sup>9</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.



## ENTRE OS ANGOLANOS

Hoje em Luanda, Angola, ano 2023. Há duas décadas atrás em Eirunepé, Amazonas. Desde sempre nascida e criada na urbanidade capitalista brasileira. Desde adolescente me deparando com rebeldia à destinação da generificação patriarcal<sup>10</sup>. Este quadrilátero que sustenta o chão por onde piso me fez partilhar esta possibilidade de pertencimento e identificação dos territórios disponíveis para este corpo feminista, assim nomeado e autodeclarado.

Entre os angolanos não tenho gênero.

Há três anos trabalho em Luanda, Angola, África. Eu, nascida e criada em Brasília, Brasil, América do Sul. Nestes tempos angolanos minha vida poderia ter sido reduzida ao universo social constituído e destinado a estrangeiros que, como eu, vieram somente para trabalhar e não devem permanecer muito. Então, somos, os ditos estrangeiros nomeados no cotidiano angolano como expatriados, somos esta alteridade<sup>11</sup> neste breve espaço entre o pensamento “que oportunidade ótima” e a certeza “salário vale a pena até aqui”.

Estes territórios intencionalmente constituídos para fazer durar o tempo do estrangeiro me fez lembrar, ironicamente, a interpretação do patriarcado seletivo que o povo Kanamari fazia quando chegávamos para fazer reunião de trabalho. Kanamari inventa Tuxaua como autoridade para não ter que expor à violência do colonizador a autoridade matrilinear. Dura o poder do Tuxaua o tempo que durar a relação com estes “outros externos” numa relação de recíproco interesse e utilidade. O peso e contrapeso desta relação ainda é uma incógnita para mim.

Angola, como qualquer país do sul global<sup>12</sup>, é país destinado a abastecer outros interesses. Permeando a história nos últimos séculos e particularmente no processo de lutas

---

<sup>10</sup> O conceito generificação patriarcal está vinculado ao trabalho de Judith Butler, *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Para Butler, o gênero se torna, ao mesmo tempo, constante construção individual e alvo de rigorosa manutenção, que pode se dar através de ficções reguladoras – como a postulação da naturalidade das diferenças entre os gêneros como legitimação de performances consideradas corretas, também pela punição de performances incorretas. BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>11</sup> Conceito de alteridade aqui utilizo desde Hannah Arendt como necessidade de reconhecer o âmbito privado de uma discussão pública, entendendo as iniciativas no Estado moderno como iniciativa privada, ou seja, como oriundas das motivações de indivíduos organizados por livre expressão e vontade. Trata-se de entender a alteridade, como palavra que, na relação com seu oposto reafirma a noção de identidade de determinado indivíduo, ou grupo individual. O conceito de alteridade pressupõe um grupo social que se percebe em relação a outro grupo social. Há unilateralidade, desde onde se vê a realidade, pois somente existe alter se existir ego. O alter é determinado pelo ego. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense/Edusp, 1981.

<sup>12</sup> A expressão Sul Global tem uso diversificado. Utilizo aqui tomando por base o trabalho de Lucas Fonseca: “conceito não-geográfico, relativo ao empoderamento dos Estados do Sul Global como sujeitos históricos e atores importantes no cenário internacional; o termo envolve identidades comuns forjadas por interações entre os atores que compõem o Sul Global e respaldadas pelas suas similaridades históricas, como o passado colonial, o anseio por reforma do sistema internacional e a



libertárias no século XX, a sociedade angola construiu um ritmo e movimento de sobrevivência muito próprio, permeado de escolhas culturais como fórmula de resistência, mas também de contradição perante o “outro” estrangeiro ainda representante de um método eficaz de desapropriação das riquezas nacionais.

É ruim ter esta destinação do outro da relação. Um outro destinado e este lugar de privilégio e ao mesmo tempo isolado num lugar de não identidade. Na minha experiência, sendo responsável por processos administrativos numa universidade privada, o ser mulher é irrelevante frente ao necessário lugar da estrangeira que precisa entregar sua contribuição e definir a temporalidade de sua presença para partir de um jogo de mútuos interesses e desinteresses. Nesta situação *eu-angola* remeto-me constantemente a Monique Wittig quando afirma “linguagem é, ao mesmo tempo, intimamente ligada ao campo político, onde tudo o que concerne a linguagem, ciência e pensamento se refere à pessoa enquanto subjetividade e à sua relação com a sociedade”<sup>13</sup>. Explico-me.

Em angola não tenho gênero. Mas em angola sou a grande mãe. A expressão *mamã* tem me acompanhado desde o primeiro dia que circulei nas ruas e nos corredores da universidade onde trabalho. Escutei também a expressão *madrinha*. Esta destinação de provedora é uma expressão que introduz um pedido, ou destinam um lugar de reverência social. Por um tempo eu pensava: “sou a mãe da nação!” Obviamente um pensamento irônico. Mas, acho que o incômodo é este nomear a função provedora como identidade. Principalmente porque neste caso, nomear-me mamã/madrinha pressupõe a segurança do pedinte que a condição expatriada me qualifica para prover. Mamã/madrinha, com raras exceções, vinha acompanhado de um pedido de ajuda financeira, evocando a fome do filho. “Seu filho está com fome, mamã!”

Justo eu, de maternidade interrompida intencionalmente, em Angola sou mamã/madrinha. Esta declaração de um outro sobre si... Sem negociação. Não adianta responder as variáveis “não tenho filho em angola”, “você não é meu filho”, “não te conheço”. Não é um diálogo. É uma destinação intencionalmente tramada, como chantagem ao inconsciente e ao subjetivo, esperando acionar a formatação para caridade moldada pelo cristianismo de cada dia. Perdoem a expressão, mas que M é essa... Se vocês conseguem explicar nos ajudem aqui.

---

sua inserção internacional político econômica periférica, e pelos seus desafios comuns, como o subdesenvolvimento e a marginalização na construção da agenda internacional”. FONSECA, Lucas Ribeiro de Belmont. **O Sul Global e o desenvolvimento do conceito da responsabilidade de proteger: C/BAS e o caso líbio**. 2016. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2016. p. 15.

<sup>13</sup> WITTIG, Monique. **O pensamento Hétero**. 1980. p. 13. Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero\\_.pdf](https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_.pdf). Acesso em: 18 jun. 2023.



Eu prefiro este caminho incerto de tentar entender as motivações que me precedem e que lá estarão na minha ausência. Angola é um país perpassado pelas etnias trançadas numa tribal aliança como núcleo duro da organização social. No entorno, como camadas desenhadas e elaboradas por processos históricos ainda não desvendados por uma historiografia mínima<sup>14</sup>, estão as múltiplas faces de constituir “república popular”, seguida de uma “república democrática”, mas as instituições sociais são uma casca frágil de apresentação/representação para “inglês ver”<sup>15</sup>.

Este lugar de estrangeira, logo tem dinheiro, logo é uma possível fonte de recursos, desenvolve um sentimento de insegurança que nos coloca na berlinda das afirmações preconceituosas e cheias de pensamentos acusativos. É necessário todo o tempo recordar que se trata de denúncia de injustiça social, e o incômodo faz parte do pacote de estar testemunhando estes desiguais jeitos de ser sociedade dominada no jogo econômico internacional.

No cotidiano das atividades sociais em Angola é muito fácil perceber o papel da *mamã* como um *status* de mulher. Não necessariamente idosa. Aparece no cotidiano como expressão afeta à condição feminina. Se é mulher adulta, provavelmente será *mamã*. Sem dúvida, pela destinação ao papel social daquela que cuida, como mãe a seus filhos. Não é uma atribuição social simples, as mães ocupam um papel estratégico no *modus operandi* da economia informal, cuidando de uma rede de comércio de alimentos e pequenos produtos caracterizado por um nomadismo urbano com lastros, rotas, regras e acordos surpreendentes. Sugiro a leitura de Orlando Santos sobre este fenômeno como recurso para uma aproximação conceitual<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Não me interpretem mal quando afirmo historiografia mínima. O parâmetro da minha ênfase talvez evoque um equívoco que gostaria de esclarecer aqui. A autoria angolana em se dizer ainda é incipiente e em fase constituinte. Existe um trabalho de historiografia de Angola. Este trabalho, em termos de fontes e debates, está concentrado na relação Angola-Portugal, devido ao processo histórico justamente anterior à independência angolana. Angola, por ter sido declarada Província ultra-marinha, passou por um processo de construção narrativa de si permeada por esta relação. Cito como exemplo o trabalho da chamada Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que reuniu um acervo muito interessante de abordagens sobre Angola e suas fontes: CONSTRUINDO o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de Agosto de 1997). Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

<sup>15</sup> Uso intencionalmente a expressão aqui. Tem como significado fingir que fez algo ou fazer malfeito. Ela surgiu na primeira metade do século 19, quando a Inglaterra, por interesses econômicos, tentou abolir a escravidão no mundo. Em sua lista, estava o Brasil, que tinha nos escravos a base de sua economia. Para enganar a potência, o Império colocava navios no litoral com a suposta missão de ir atrás das naus negreiras. Entretanto, na prática, nada acontecia a elas. Era uma encenação “para inglês ver” (SIGNIFICADO de Para inglês ver. **Significados**, c2023. [n.p.]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/para-ingles-ver/>. Acesso em: 18 jun. 2023, entre outros tantos sites que dizem a mesma coisa).

<sup>16</sup> SANTOS, Orlando. Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**, Ramada, v. 8, p. 35-61, 2011. DOI: 10.4000/ras.510.



A história das mamãs me faz definir que é tempo neste texto de refletir um pouco sobre esta urbanidade capitalista que me constitui. Um terceiro elemento que tece este tecido território-corpo-feminista dos caminhos descritos aqui.

## URBANIDADE CAPITALISTA

Na terra onde nasci, não sou mulher. A frase que mais escutei ao longo de minha vida entre parentes e gentes diversas dos grupos sociais diversos que frequentei (igrejas, grupo de jovens, escola) foi “você tem que ser mais feminina”, ou também “se veste como mulher”, ou “se comporta como menina”. Entende-se desta marca que não fui bem-comportada conforme se esperava.

Acho que sempre soube sobre esta dificuldade que é ser esta destinação de gênero feminino. Na urbanidade triunfalista de uma Brasília em construção construí meus primeiros passos no mundo. Meu avô materno era marceneiro nas obras que construíram a nova capital do Brasil. O terreno-chácara em que vivia com minha avó ainda era roça que nos serviram de pátio frutífero na infância com primos e primas. Muito do que somos é pautado por estas geografias e histórias de vida que migram, peregrinam e fazem a história territorial e humana dos lugares. Eu sou filha do desejo de cidade como máxima do bem-estar social. Sonho de muitos e lugar preferencial para destinação dos filhos e filhas.

Sou destinada cidadã urbana desde minha infância numa correlata história dos primeiros anos de existência desta cidade-futuro que se destinava Brasília. Do sonho de democracia brasileira no justo momento anterior ao calabouço autoritário que veio a seguir, nos anos de ditadura militar. Então, aprendi desde muito pequena as contradições entre desejo e violência.

Como exemplo desta tensão, recorro que na véspera do voto no segundo turno para presidência da república brasileira no ano de 2018 me autorizei conversar com familiares sobre isto.

Parentes cosanguíneos, escrevo a vocês nesta primavera de 2018, véspera do segundo turno das eleições no Brasil. Escrevo aos descendentes diretos da vó Amélia e vô Teófilo. Da vó Amélia minha forte lembrança é a reza, a crença, a fitoterapia. Provavelmente por sua influência me tornei missionária do evangelho de Jesus Cristo e pautei minha vida no seu seguimento. Do vô Teófilo tenho muito boas recordações. Mas, a memória mais marcante é daquele tempo quando as filhas mulheres se reuniram no seu leito de morte para perdoá-lo. Nosso vô era muito violento com as mulheres em sua vida. Não lembro dele pedindo perdão. Lembro da necessidade delas perdoá-lo para seguirem suas vidas sem este peso da raiva na memória. Fico feliz de ver que sua descendência, ao menos a maioria que conheço, superou este lastro de violência física contra as mulheres. Nossas filhas e filhos terão outras razões a nos perdoar em nosso leito da morte. Invoco nossa herança comum e peço que me



escutem nestas palavras escritas que publico como testemunha perante mim e vocês. Quero falar sobre o nosso voto. Pelo que cruzei com alguns de vocês no facebook sei que votaram e votarão no Bolsonaro. Quem me acompanha no face ou na vida sabe que voto PT, Haddad e Manuela. Então temos esta diferença entre nós. Não estaria escrevendo estas palavras por isto. Somos muito diferentes em um monte de outras coisas. Mas estou temerosa considerando o que vejo nas ruas, leio nos jornais e 'escuto' das postagens fakenews que estão ploriferando nas redes e determinando o destino da nação. Temo pela integridade física minha, da minha família e de muitos outros tantos 'de gentes. Nossos corpos estão sendo oferecidos como sacrifício inevitável para esta 'limpeza moral' que vocês acreditam ser necessário para libertar a nação da 'petralhada que dominou o país' estes últimos anos. Isto não é correto. Recordem de mim em suas orações. Recordem de mim quando optarem por chancelar com teu voto o que está em curso. Não estou falando somente do voto na pessoa que você escolheu. Estou falando do que está custando para parte significativa da nação o preço que está sendo cobrado para esta vitória. Sob a bandeira de Bolsonaro uma seleção de pessoas está sendo autorizada a praticar qualquer ato de explicitação de violência para demonstrar o que a vitória de Bolsonaro estará inaugurando. Esta permissão tácita certamente custará muitas vidas, talvez a minha própria. Então, entre o temor e a resistência, venho até vocês e peço que analisem com todos cuidados necessários realmente o que está acontecendo. A grande mídia não está noticiando a morte expressiva de pessoas oriundas das lutas sociais, o constrangimento físico nas ruas de pessoas de esquerda, e o convite agressivo de 'retorno ao armário' que a comunidade LGBT estamos recebendo nas ruas nas situações mais imprevisíveis. Mas tem como acessar estas informações. Avaliem por vocês mesmos. Eu aqui permaneço na fé, na esperança e no amor. Evoco nossa ascendência e tua consciência cívica. Que Deus tenha misericórdia de nós.<sup>17</sup>

Faço questão de trazer este exemplo porque significa muito neste momento de respiro após o governo eleito neste pleito que eu tentava influenciar. Perdemos em 2018. Perdemos muito mais nos anos seguintes. Agora, após as últimas eleições presidenciais de 2022, respirar nem é tão alivante porque ainda respiramos como depois de muita surra que deixou o peito cheio de hematomas. Até o respirar aliviado é dolorido. Viver decidindo viver não é tão simples na maioria das vezes em que a decisão se torna fundamental. No capitalismo atual estamos destinados ao genocídio programático, ao acúmulo de riquezas em escala na ordem do fantástico, na mesma proporção que os famintos são desterrados em sua própria terra. Há desespero nas cidades do capitalismo destes tempos de agora<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> FIGUEROA, Ana Claudia. **Parentes cosanguíneos, escrevo a vocês nesta primavera de 2018 [...]**. On-line, 10 out. 2018. Facebook: Ana Claudia Figueroa. Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1878199518934590&set=pb.100002336806529.-2207520000.&type=3>. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>18</sup> O trabalho de Ladislau Dowbor é didático em explicar o mecanismo existente na economia mundial do chamado capitalismo financeiro. Segundo ele "A pobreza crítica é o drama maior, tanto pelo sofrimento que causa em si como pela articulação com os dramas ambientais, o não acesso ao conhecimento, a deformação do perfil de produção que se desinteressa das necessidades dos que não têm capacidade aquisitiva. Tirar os pobres da miséria constitui custos ridículos quando se considera os trilhões



No meu texto conversa com parentes no *facebook* associo esta violência ao desmantelamento dos desejos de vida pulsantes. Quis falar do impacto sobre mim do desejo de perdoar das irmãs, as filhas mulheres de meu avô materno. Desejo de seguir em frente. Tentei associar esta dor das nossas matriarcas às dores das vítimas das violências cotidianas autorizadas em um poder político de permissão do uso da violência. Sabemos, depois das contribuições de Agamben, que existe um deslocamento entre uma situação excepcional e a técnica de governo que tende na sociedade contemporânea a se transformar indeterminadamente num espaço-território entre democracia e absolutismo<sup>19</sup>.

Na minha história de cidadã urbana, as mães brasileiras padecem do mesmo destino de vítimas da violência capitalista. Não sendo mulher neste cenário, me restou entender quem seria eu nesta urbanidade absolutista que nos tensiona. Daí, me resta autoafirmação, sou lésbica. Afirmar a visibilidade lésbica é afirmação de desejo. Muitas de nós não se interessam por estas militâncias. Se há alguma tranquilidade pressuposta na vida cotidiana, há chances de achar que temos escolhas.

De fato, a vida é mais o caso do que escolhas. Conheço muitas lésbicas que se reconheceram como tal no "ocaso" da vida, quando o desejo e sua pulsão as levaram irremediavelmente a este amor ainda proibido em muitos nichos de mentalidades e por muitos insuportável. Às vezes achamos que poder beijar nossas mulheres em locais públicos, sair passeando de mãos dadas e simplesmente curtir uma paisagem bonita abraçadas bem juntinho é coisa para qualquer casal que se dispôr a tal desfrute. Mas sabemos que não é bem assim.

Muitas vezes ouvi, na minha vida de lesbianidades, "aqui não é lugar para gente como vocês". É aquele ímpeto de formatação social permitindo, no máximo, que tenhamos um *apartheid* social que subentende, "em nome da normalidade social", o controle sobre nossos corpos. Então, para decidir por uma visibilidade lésbica, é necessário afirmar querer viver.

Mas, sempre tem coisas que não sabemos se vale assumir. Isto porque autorizar-se amar é revolucionário. Ser mais publicamente afetiva como dar a mão,

---

transferidos para grupos econômicos financeiros no quadro da última crise financeira. O benefício ético é imenso, pois é inaceitável morrerem de causas ridículas milhões de crianças por ano." DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária e Outras Palavras, 2017. p. 281.

<sup>19</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boi Tempo, 2004. p. 11.



abraçar e beijar são atos de ajustamentos sociais necessários, nem sempre bem aceitos. Ou por covardia ou por sobrevivência, "ficar na sua", "buscar o seu lugar", "parar com essa vergonha" para não incomodar os outros é também escolhas de muitas.

Amar publicamente é um estar desnudo socialmente. Publicamente expostas à violência do estado de exceção de plantão que margeia nossas portas e caminhos. Mas não se trata de dar a conhecer teu ponto fraco. Justamente o contrário. Amar publicamente é estar íntegro socialmente. Todo mundo passa a saber o quão forte você é. Aí, já não fica tão fácil se submeter ao *apartheid*. Quando você faz isto junto. Em movimento. Em aliança. Obrigatoriamente mudamos o mundo e criamos mais chances de enfrentar a injustiça e deter a sanha assassina sobre nossos corpos.

## HOSPITALIDADE E ENRAIZAMENTOS

Entendo que devemos fechar o ciclo agora. Hospitalidade entre kanamari, angolanos, na urbanidade da pertença social, não é bem uma escolha de anfitrião-visita. A retribuição e contra-retribuição já demonstraram ser um contínuo processo de sobreviver e reinventar-se.

Então proponho pensar a hospitalidade como sinônimo de enraizamento, não tanto na perspectiva de criar pertencimento, mas no sentido de criar lastros-laços que auxiliam nos nortes que as escolhas cotidianas nos impõem. Simone Weil fala de enraizamentos ao processo que ela denominou *necessidades vitais da alma humana*<sup>20</sup>. Vamos dar desconto para o uso da palavra alma, tão polêmico no nosso meio teológico. No livro, as necessidades são aspectos que vinculam ordenamento social, como ordem, responsabilidade, liberdade, honra, castigo, risco, propriedade privada. O interessante nesta percepção é a fluidez dos laços, lastros, formas sociais, que para Weil constituem a mesma incógnita, que ela nomeia alma humana.

A alma humana seria esta percepção de *ser – não ser* que relato na hospedagem entre os kanamari, no trabalho em angola, no desencaixe na criação familiar? Se percebemos as destinações de forma e conteúdo que Weil propõe vamos desembocar inevitavelmente na proposição de Mauss.

Marcel Mauss<sup>21</sup> teve esta mesma preocupação em seu trabalho sobre a dádiva. O aspecto generativo ou criador de sociabilidade da dádiva não se limita à política, pois ao receber o anfitrião cria teórica e conceitualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede. A mesma troca que me faz anfitrião, faz-me também um hóspede potencial. Assim, "dar e receber" implica não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas. É nesse

<sup>20</sup> WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

<sup>21</sup> MAUSS, 1974.



sentido que a Antropologia de Mauss é uma sociologia do símbolo, da comunicação; é ainda nesse sentido ontológico que toda troca pressupõe, em maior ou menor grau, certa alienabilidade. Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o receptor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente, de ser um outro; a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes.

Aplicando esta aproximação hospitalidade-dádiva, hospitalidade-enraizamento, aos pontos de cruzamentos de minha não identidade de gênero, percebemos como a dinâmica de sentir-se bem num espaço-território, ainda que seu, está refém de que a dádiva opere o pertencimento-enraizamento mínimo. Talvez seja este o grande desafio do esvaziar a si mesmo presente na teologia paulina, na carta aos filipenses.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense/Edusp, 1981.

BATSÏKAMA, Patrício. As Origens do reino do Kôngo segundo a Tradição Oral. **Sankofa**: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 7-41, jul. 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONSTRUINDO o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de Agosto de 1997). Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária e Outras Palavras, 2017.

FIGUEROA, Ana Claudia. **Amkira Tsabo**: um estudo sobre a missão educacional metodista junto ao povo kanamari no contexto do estado democrático de direito brasileiro. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/632>. Acesso em: 05 maio 2023.

FIGUEROA, Ana Claudia. **Parentes cosanguíneos, escrevo a vocês nesta primavera de 2018 [...]**. On-line, 10 out. 2018. Facebook: Ana Claudia Figueroa. Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1878199518934590&set=pb.100002336806529.-2207520000.&type=3>. Acesso em: 03 abr. 2023.



FIGUEROA, Ana Claudia. Queer olhar sobre a vida cristã. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 1, p. 181-194, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/35992>. Acesso em: 05 maio 2023.

FONSECA, Lucas Ribeiro de Belmont. **O Sul Global e o desenvolvimento do conceito da responsabilidade de proteger: CIBAS e o caso líbio**. 2016. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/ Edusp, 1974. p. 183-314.

POVOS Indígenas. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, Brasília, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/direito-a-alimentacao-1/povos-indigenas#:~:text=Povos%20ind%C3%ADgenas%20s%C3%A3o%20aqueles%20que,como%20um%20de%20seus%20membros>. Acesso em: 15 maio 2023.

REESINK, Edwin Boudewijn. **Imago Mundi Kanamari**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2016.

SANTOS, Orlando. Mamãs quitadeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**, Ramada, v. 8, p. 35-61, 2011. DOI: 10.4000/ras.510.

SIGNIFICADO de Para inglês ver. **Significados**, c2023. Disponível em: <https://www.significados.com.br/para-ingles-ver/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

WITTIG, Monique. **O pensamento Hétero**. 1980. Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_pdf.pdf). Acesso em: 18 jun. 2023.

**Recebido em:** 02 jun. 2023.

**Aceito em:** 05 jun. 2023.